

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



Ribeira. Así, este estudio tiene el objetivo general de discutir aspectos de las políticas públicas para el desarrollo regional en el Valle de Ribeira. Tiene como objetivos específicos: presentar formas de promover el desarrollo regional. La metodología utilizada asume un carácter bibliográfico, ya que se centra en el análisis de las políticas públicas en el Valle de Ribeira, con el fin de presentar posibles mejoras en la calidad de vida de las comunidades locales.

Palabras clave: Políticas públicas. Desarrollo regional. Valle del Ribeira.

1 INTRODUÇÃO

A política territorial do Vale do Ribeira configurou-se como de caráter intersetorial, com ações concentradas no Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local do Vale do Ribeira.

A aplicação de políticas ambientais de conservação resulta o seu histórico de ocupação, favorecendo o desenvolvimento de várias formas de produção da natureza (SILVA JR, 2016).

Quanto à legislação ambiental, consta nos termos da Lei nº. 9.985/2000 as unidades de conservação constituem “espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (Art. 2º, I).

No artigo 72 da lei nº 9.605/98 consta as seguintes sanções administrativas em caso de crime ambiental: a) Advertência; b) Multa simples; c) Multa diária; d) Apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, e equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração; e) Destruição ou inutilização do produto; f) Suspensão de venda e fabricação do produto; g) Embargo de Obra ou atividade; h) Demolição de obra; i) Suspensão parcial ou total das atividades; j) Restritiva de direitos; k) Reparação dos danos causados (BRASIL, 1998).

Também é comum na região ocorrer conflitos agrários, em geral desfavoráveis aos pequenos agricultores que moram no local por muitos anos, mas não tem documentação para comprovar, fazendo com que sejam expulsos de suas propriedades (CORREA, 2003).

Deste modo, esse estudo tem como objetivo geral discutir os aspectos das políticas públicas para desenvolvimento regional do Vale do Ribeira. Tem-se como objetivos específicos: apresentar meios para promoção do desenvolvimento regional; identificar as perspectivas e dificuldades de se implementar políticas públicas ambientais no Vale do Ribeira.

Para tanto, definiu-se como problema de pesquisa a seguinte questão: como utilizar as políticas públicas para desenvolvimento regional do Vale do Ribeira?

A metodologia utilizada assume caráter bibliográfico, visto que se volta para a análise de políticas públicas no Vale do Ribeira, de modo a apresentar possíveis melhorias da qualidade de vida das comunidades do local.

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEITUANDO POLÍTICAS PÚBLICAS

O artigo de Souza (2006) “Políticas Públicas: uma revisão de literatura” ajuda a entender sobre o conceito de políticas públicas e a relação existente entre elas e o cotidiano de cada cidadão.

No artigo em estudo, Souza (2006, p. 3) elucida que a política pública é vista de três formas, inicialmente como um equilíbrio no orçamento entre despesa e riqueza, depois como uma nova visão do estado onde passa a ser uma política restrita aos gastos, e por último é a relação existente entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento.

Contudo, nesta última, vale ressaltar que os países em desenvolvimento, principalmente da América Latina, não conseguem administrar os seus recursos públicos de forma positiva, equacionando os bens em serviço da população (CORREA, 2003).

As políticas públicas tiveram quatro principais fundadores: Laswell (1936), com a introdução da expressão *policy analysis*, ou análise de política pública, com o intuito de conciliar o conhecimento científico e acadêmico com a produção empírica dos governos;

Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada das decisões públicas; Lindblom (1959; 1979), questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon, e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas;

E Easton (1965), que contribuiu para a área quando definiu a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. (SOUZA, 2006, p. 4)

Em sua essência, as políticas públicas estão relacionadas ao Estado, pois este define como os recursos serão utilizados em benefício do cidadão, como o dinheiro será arrecadado sob forma de imposto e como será feito um investimento dele, e por fim faz a prestação de contas do dinheiro gasto em favor da sociedade.

De acordo com Peters (1986) política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.

2.2 UMA REFLEXÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS NO VALE DO RIBEIRA

Diversas parcerias com ONGs, associações de base comunitária e prefeituras foram estabelecidas no Vale do Ribeira para o desenvolvimento de ações como estratégia de desenvolvimento local e garantia do bem-estar das comunidades (ROMÃO, 2004).

Os programas do governo apontaram ao longo do tempo para uma linha de atuação que ia de encontro das propostas de muitos atores e instituições do Vale do Ribeira, apesar das dificuldades encontradas em relação a recursos para investimento nos diferentes temas ligados ao turismo, como infraestrutura, capacitação e divulgação, entre outros.

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



Deste modo, entende-se que as políticas públicas desenvolvidas no Vale se pautam nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação e tomada de decisões de modo que se beneficie o patrimônio ambiental e cultural da região (ROMÃO, 2004).

Muitas políticas públicas implantadas no Vale visavam o desenvolvimento econômico da região impulsionado pela construção da BR116 na década de 1950, contudo, a maioria desses programas não consideravam a realidade da região, sendo barrados pela disputa de interesses políticos que queriam reintegrar o Vale na economia do Estado de São Paulo (BORN, 2012).

A questão ambiental do Vale do Ribeira é responsável pela dificuldade de ocorrer o desenvolvimento na região, dado o posicionamento ambiental defendido por entidades preservacionistas (BECKER; WITTMANN, 2003).

É preciso que as comunidades existentes do Vale, tenha uma visão do meio ambiente que permita a exploração racional dos recursos, como fonte geradora de emprego e renda, além do seu desenvolvimento regional (BORN, 2012).

Com a ampliação do verde no Vale, obtém-se os recursos financeiros para que ocorra o desenvolvimento sustentável com atividades que a mão de obra local já está habituada, com acompanhamento técnico dos setores do agronegócio (CORREA, 2003).

Na década de 1980, com a redemocratização do país, o Vale do Ribeira

recebeu um projeto para integração do desenvolvimento socioeconômico com características culturais e ambientais da região (SILVA JR, 2016).

Políticas públicas foram criadas para a agricultura familiar, denominadas de mercado institucional de alimentos da agricultura familiar ou Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PNAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (ECODEBATE, 2020).

No início do século XXI, o Ministério da Integração Nacional (MIN), atual Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), realizou debates para construir a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

O PNDR foi um avanço para o desenvolvimento regional, isso porque as políticas de desenvolvimento que não tiveram resultados, foram excluídas, tendo seus instrumentos desestimulados (MACEDO; PORTO, 2018).

Tais políticas impactam de forma positiva o trabalho dos agricultores, no entanto, houve limitações de público-alvo, ausência de informação quanto ao funcionamento operacional do programa e falta de assistência técnica qualificada (ECODEBATE, 2020).

A Lei 10.689/2003 criou o Programa Nacional de acesso à Alimentação – PNAA com renda mensal per capita fixada no patamar em $\frac{1}{2}$ salário-mínimo correspondendo a cinquenta reais, o que é uma quantia bem inferior ao valor do benefício assistencial da Lei 8.742 de 1993 de um salário-mínimo (BRASIL, 2003; 1993).

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



Destaca-se que há benefícios sociais que objetivam a promoção de outros tipos de riscos sociais, cujos valores concedidos são bem inferiores ao valor estabelecido para a concessão do benefício assistencial da prestação continuada (BUARQUE, 2016).

Tem-se a repercussão sobre os benefícios assistenciais aplicando-se a outros benefícios como por exemplo a flexibilização do critério de meio salário-mínimo fixado como renda per capita no Programa Nacional de Acesso Alimentação, bem como o recebimento do Programa Bolsa Família para aquelas em situação de pobreza e extrema pobreza para garantir seu direito à alimentação e acesso à educação e saúde.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por sua vez, foi criado no âmbito dos programas públicos de suplementação alimentar, tendo em vista que

grande parte das crianças no Brasil permaneciam grande parte do seu tempo na escola e que, muitas vezes, não dispunham de alimentação suficiente em casa (BUARQUE, 2016).

Dessa forma, o Programa buscou estabelecer diretrizes para regulamentar a alimentação escolar, permitindo condições mínimas para o desenvolvimento infantil, assegurando a oferta contínua da alimentação, de maneira ampla e baseada em grandes investimentos (OLIVEIRA, 2010).

O referido programa foi desenvolvido no âmbito das políticas sociais, que surgiram no Brasil na década de 1930, simultaneamente ao desenvolvimento do processo de industrialização e à institucionalização da proteção social (BECKER; WITTMANN, 2003).

Importante ressaltar que o índice de pobreza no Vale do Ribeira e seu entorno está na média de 0,5, significando que muitos chefes de família possuem rendimentos bem próximos à linha de pobreza.

De um modo geral, possuem baixo nível escolar ou são analfabetos, assim como não demonstram interesse pela vida escolar de seus filhos que desde cedo tornam-se mão-de-obra caseira para atividades agrícolas da propriedade da família (BECKER; WITTMANN, 2003).

As primeiras ações referentes à alimentação foram implantadas pelo governo em 1940, tais como a criação do Serviço Nacional de Alimentação e Previdência Social e ração essencial mínima.

Em 1954 foi criado o PNAE, como política de cunho assistencial vinculada ao setor da saúde pública e Ministério da Saúde, visando a suplementação alimentar e melhoria das condições nutricionais de crianças, reduzindo os índices repetência e evasão escolar, favorecendo, por fim, melhor rendimento escolar (SANTOS; XIMENES; PRADO, 2008).

A promulgação da Constituição Federal de 1988 assegurou o direito de todos os alunos do ensino fundamental à alimentação escolar, através do programa de suplementação da alimentação escolar, oferecido pelo governo nas esferas federal, estadual e municipal (BRASIL, 1988).

O PNAE busca garantir a nutrição para fortalecer o processo educativo, pois além de representar uma estratégia de combate aos problemas nutricionais que afligem importante parcela da

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



população, é uma forma de proporcionar condições orgânicas suficientes ao desempenho intelectual dos alunos (NERY et al., 2015).

As crianças necessitam de uma dieta contendo alimentos energéticos e proteicos em quantidade adequada, além de componentes como vitaminas e diversos minerais como ferro, zinco, iodo, cálcio, selênio, entre outros, que são essenciais ao metabolismo infantil.

Sabe-se que, entre as crianças com alimentação insuficiente, podem ser identificados problemas nutricionais como deficiência de ferro, iodo e vitamina A, desnutrição, sobrepeso e até mesmo obesidade infantil (GOES, 2016).

De um modo geral, o PNAE pode ser entendido como um programa de grande importância para a garantia da segurança alimentar.

As diretrizes do Programa consistem no investimento em uma alimentação apropriada, saudável e suficiente para suplementar a alimentação do público alvo, incluindo alimentos variados que respeitem as tradições alimentares, a cultura e as necessidades de crescimento e desenvolvimento dos alunos; a promoção de ações educativas que reforçam o emprego de uma alimentação saudável; o apoio ao desenvolvimento sustentável, por meio de estímulos à obtenção de gêneros alimentícios diversos, preferencialmente produzidos em âmbito local, entre outras (NASCIMENTO, 2015).

O PNAE contribui para promover a nutrição e saúde de um grupo específico da população em uma situação de vulnerabilidade, os estudantes da pré-escola e do ensino fundamental.

O programa é acompanhado diretamente pela sociedade, sendo fiscalizado por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), pelo Ministério Público e pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI), sendo o dinheiro repassado aos Estados e Municípios com base no censo escolar referente ao ano anterior (SILVA, 2013).

A proposta do PNAE é promover a suplementação diária, buscando assegurar a implantação de políticas de segurança alimentar e nutricional. Através desse programa, são distribuídas refeições nos intervalos das aulas, constituindo uma oportunidade de combater a carência nutricional que prejudica o desenvolvimento de crianças em muitas regiões em situação de vulnerabilidade social.

O cardápio da alimentação escolar deve ser elaborado por um nutricionista, com a participação do conselho de Alimentação Escolar, sendo planejado para suprir pelo menos 15% das necessidades nutricionais diárias dos alunos por refeição (SANTOS; XIMENES; PRADO, 2008).

Existem ainda controvérsias a respeito da qualidade, quantidade e composição da alimentação, relativamente às necessidades diárias das crianças no período escolar, no contexto das políticas de abastecimento alimentar com base no programa de alimentação escolar, mas considera-se que o PNAE deve ser implementado levando em consideração a disponibilidade de alimentos na região em que se localiza a escola.

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



Para cada caso, existem dificuldades operacionais que dependem de características regionais, infraestrutura e condições de abastecimento, entre outras variáveis (NASCIMENTO, 2015).

A avaliação do PNAE é relativamente complexa, envolvendo diversos fatores como a atuação dos CAEs, a adesão de estudantes ao Programa, a qualidade das refeições oferecidas e o impacto que provocam sobre a saúde e o estado nutricional dos estudantes, a avaliação da estrutura das unidades escolares, entre outros (WANDERLEY, 2000).

Dessa forma, existem fatores que dificultam a implantação plena do Programa, assim como a avaliação de sua efetividade e dos efeitos gerados (SILVA, 2009).

O programa incorpora elementos relacionados à produção, acesso aos alimentos e consumo, visando de maneira simultânea, oferecer alimentação saudável e estimular a agricultura familiar.

Dessa forma, os alunos de escolas públicas da educação básica podem ter acesso às necessidades alimentares básicas e seria favorecida a conexão entre a alimentação escolar e a agricultura familiar, ao passo que a alimentação saudável também é estimulada.

A transformação na alimentação escolar, que pode ser propiciada a partir do PNAE, é fundamental para que os alimentos produzidos diretamente pela agricultura familiar possam ser consumidos pelos alunos da rede pública (GOES, 2016).

A produção no Vale do Ribeira é em sua maioria de subsistência, sendo que a dificuldade de comercialização sempre foi um dos problemas mais relevantes enfrentados pelos agricultores da região.

Isto porque, para comercializar, dependiam de atravessadores, sem nenhuma garantia de compra da produção. Após esses agricultores terem acesso aos programas PNAE e PNAE, puderam realizar compra direta, o que trouxe mais benefícios.

Outra atividade econômica do vale é a extração e industrialização do palmito, esbarrando na legislação ambiental preservacionista, fazendo com que o produto seja comercializado de forma clandestina (CORREA, 2003).

A oferta de emprego na região possui demandas limitadas à essência rural, mas com acesso aos programas PNAE e PNAE, os agricultores familiares do Vale do Ribeira também passaram a ter acesso às políticas públicas de mercado institucional.

Com isso, podem participar da avaliação dessas políticas como um meio de realizar o controle social, podendo os resultados de essa avaliação serem utilizados na melhoria das políticas realizadas.

Nesse contexto pode-se entender a política pública como uma ferramenta que avalia as ações, visando os cidadãos que pagam seus impostos e se interessam em saber como o seu dinheiro está sendo investido, ou seja, pensar em políticas públicas é pensar na participação do cidadão.

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

RELAGS



PROMOTORES:



APOIO:



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pela conservação ambiental no Vale do Ribeira foi construída ao longo da história, dada pela ausência de interesses do grande capital e presença de políticas do Estado que favoreceram a manutenção das relações de produção familiares.

Várias políticas de desenvolvimento foram criadas demonstrando o conflito entre as formas de produção com as de praxe do desenvolvimento capitalista, que se dá com a apropriação de terra privada e exploração da natureza como recurso.

No que se refere ao desenvolvimento local, pode promover melhoria das condições de vida das comunidades do Vale do Ribeira, sendo importante conciliar atividades que valorizem os produtos regionais.

Notou-se a ausência de programas que visem a melhor divisão de renda e riqueza do Vale do Ribeira, possibilitando aos moradores acesso à infraestrutura quanto a saúde, educação, alimentação, dentre outros.

REFERÊNCIAS

BECKER, Dinizar F. e WITTMANN, Milton L. Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul RS: Edunisc, 2003.

BORN, P. A. A adoção da identidade quilombola nos bairros de Terra Seca e Ribeirão Grande (Barra do Turvo – SP) e os conflitos pelo uso da terra. Dissertação. Meio Ambiente e Desenvolvimento. Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná, 2012.

BRASIL, Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BUARQUE, Rodrigo Costa. O benefício assistencial de prestação continuada. Dissertação. Faculdade de Direito de Vitória. Vitória, 2016.

CORREA, Silvio Marcus de Souza (Org.). Capital social e desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul RS: EDUNISC, 2003.

ECO DEBATE, Pesquisa no Vale do Ribeira, SP, avalia o impacto de políticas públicas na agricultura familiar. 2020. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2020/02/13/pesquisa-no-vale-do-ribeira-sp-avalia-o-impacto-de-politicas-publicas-na-agricultura-familiar/>

GOES, M. R. B. Avaliação da alimentação escolar oferecida aos alunos em creche. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



MACEDO, F. C.; PORTO, L. Existe uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil? *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, vol. 14, nº 2, p. 605-631, 2018.

NASCIMENTO, M. C. P. S. Alimentação escolar em três escolas públicas no município de Itapetinga – BA: uma contribuição para educação ambiental. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Itapetinga, 2015. Disponível em: <http://www.uesb.br/ppgca/dissertacoes/2015/DISSERTACAO-Maria-Celeste.pdf>. Acesso em: jul. 2022.

NERY, A. P.; BERING, T.; SILVA, D. A.; ABRANCHES, M. V.; PEIXOTO, M. G. M. Alimentação escolar de instituições da rede estadual de ensino do alto Paranaíba: é possível adequar a qualidade do serviço? *Anais... XXXV Encontro Nacional de Engenharia de Produção*, Fortaleza-CE, out. 2015. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STO_207_232_27222.pdf. Acesso em: jul. 2022.

OLIVEIRA, V. B. Avaliação do consumo alimentar de crianças de 2 a 5 anos de idade pertencentes ao Programa Bolsa Família do município de Canoas/RS/Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Nutrição) – Centro Universitário La Salle, Canoas, 2010.

ROMÃO, Devancyr Aparecido. Vale do Ribeira: articulação de modelo de gestão regional do turismo sustentável. 2004. <http://www.iea.agricultura.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=1492>. Acesso: jul. 2022.

SANTOS, I. H. V. S. XIMENES, R. M.; PRADO, D. F. Avaliação do cardápio e da aceitabilidade da merenda oferecida em uma escola estadual de ensino fundamental de Porto Velho, Rondônia. *Saber Científico*, Porto Velho, v. 1, n. 2, p. 100-111, jul./dez., 2008. Disponível em: <http://www.revista.saolucas.edu.br/index.php/resc/article/view/24>. Acesso: jul. 2022.

SILVA JR., Joaquim Alves da Políticas de desenvolvimento territorial no Brasil: o caso do Vale do Ribeira (SP) *Revista de Administração Pública*, vol. 50, núm. 3, maio-junho, 2016, p. 513-527 Fundação Getulio Vargas.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias* nº 16. junho/dezembro 2006.

WANDERLEY, Maria N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas — o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-145, out. 2000.